

“O pós-colonial descolonizado: inter-relações sobre produção de conhecimento”

Elismênnia Aparecida Oliveira¹

Políticas acadêmicas de nomeação

Embora considerados como equivalentes as autoras e autores das vertentes descolonialista e pós-colonial não se vêem com as mesmas propostas e muitas vezes nem ‘do mesmo lado’, já que o descolonial estaria como aponta Mignolo (1998) numa proposta de pós-occidentalismo, evidenciando a América Latina e Insular, enquanto as críticas pós-coloniais estão vinculadas a Ásia e África em propostas pós-coloniais. Em algumas produções Walter Mignolo (2003), Ramón Grosfoguel (2007) e Arturo Escobar (2003), autores auto-identificados com a vertente descolonialista, são descritas diferenças entre a vertente descolonial e a pós-colonial. Nem mesmo o marcador “colonial” tem as mesmas considerações nas duas vertentes, ao contrário, por esse marcador é possível ver as diferenças teórico-metodológicas entre as duas vertentes.

Seguindo essa perspectiva de que são vertentes distintas, nesse trabalho a proposta é reunir problematizações sobre as vertentes pós-colonial e descolonial: a) a partir de produções de autoras e autores pós-colonialistas e descolonialistas e ; b) a partir de autoras e autores que tem produções de “crítica” as vertentes descolonial e pós-colonial. Os textos aqui analisados e citados foram mapeados em uma pesquisa de 2010 a 2012, sobre produções escritas e disponíveis para acesso, que fossem de autoras e autores descolonialistas e pós-colonialistas. A proposta nessa pesquisa foi mapear e analisar auto-definições das duas vertentes, e concepções sobre modernidade, produção de conhecimento, vinculadas ou centralizadas em discussões sobre linguagem. O mapeamento foi realizado em sites de bibliotecas e universidades, assim como revistas e bancos de dados de produções. O levantamento e a análise das produções mapeadas não foram exaustivos, mas indicativos de produções amplamente citadas e traduzidas.

A análise das produções aponta que identificadas por criticar o que se chama de grandes narrativas como modernidade, globalização, ciência, literatura e capitalismo, dentre mais sistemas / conceituações, as vertentes descolonialista e pós-colonial se aproximam, e por muitas vezes são colocadas como equivalentes. No entanto por criticar a produção científica como construída de forma hierárquica contra vários grupos sociais, criticar pressupostos científicos como verdade e neutralidade, a produção descolonialista é criticada às vezes por ser ‘mais radical que a vertente pós-colonial’, como se ‘jogasse fora a banheira com a criança’, ou seja, de acordo com algumas críticas, na vertente descolonial a desconstrução de teorias, metodologias e autores tidos como clássicos ou fundamentais é feita a ponto de ‘nunca mais serem usadas as teorias nem os autores’.

Mediante esses e mais apontamentos sobre como são pensadas as vertentes pós-colonial e descolonialistas a partir de artigos de autoras e autores que se propõem em problematizar essas vertentes, nesse trabalho trago considerações sobre aproximações e diferenças entre as vertentes descolonialista e pós-colonial partindo de alguns pressupostos centrais que as identificam e são discutidas por autoras e autores descolonialistas e pós-colônias. Proponho uma descolonização do pós-colonial porque analiso as produções pós-coloniais e descolonialistas de uma perspectiva teórico-metodológica descolonial, trazendo por vezes vozes das feministas descolônias Ochy Curiel e Maria Lugones e mais autoras.

Nesse contexto, um dos pontos centrais dos que são abordados nesse trabalho é como está pensada e significada a produção de conhecimento nas vertentes descolonialista e pós-colonial, uma vez que as

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail para contato: mennalis@gmail.com

discussões teórico-metodológicas descoloniaistas e pós-coloniais mapeadas trazem por tema central a produção de conhecimento no sistema-mundo-colonial considerando ‘como’ a partir da colonização passa a existir e é contestada uma produção de conhecimento que se institui global, mas está localizada e construída por critérios étnicos e de raça, língua, gênero, classe social e mais marcadores sociais. Assim, junto as auto-definições das vertentes trago problematizações sobre conceitos chave como: colonialidade, modernidade, globalização, pensamento de fronteira, epistemologias coexistentes, lócus de enunciação, sistema-mundo-colonial, dentre mais conceitos / propostas teórico-metodológicas.

Paradigmas auto-identificações e controvérsia

Áreas temáticas, disciplinas e grupos de estudo correspondem à ‘ensinamentos teórico-metodológicos que serão transmitidos’. Mas as nomeações e auto-identificações em vertentes ou disciplinas são também declarações políticas de ações. Nesse sentido, a produção de conhecimento por áreas, em universidades é também a possibilidade de acesso e de controle de grupos a determinadas áreas do saber/poder. Como aponta Canagarajah (2002) a produção de pesquisas é também a possibilidade de acesso de um grupo a produção geral, um grupo que é formado em status e coesão de identificações. Essa ‘coesão do grupo em pensamento e maneiras de escrever é regulada não só, pensando em comunidades acadêmicas a partir de Kuhn (2005), mas também é regulada por editoras, por revistas de publicação. Tal como aponta Canagarajah (2002) na pesquisa sobre a publicação de artigos em periódicos de bases internacionais, o aumento na quantidade de pesquisas realizadas e publicadas não demonstra o aumento de pessoas que estão publicando nem de ‘outros paradigmas e formas de pensar’, o que acontece é que as mesmas pessoas publicam mais sobre o mesmo ponto de vista. Essa situação aplicada em ‘periódicos internacionais’ também é vivenciada nos países da América Latina, Insular, África e Ásia se pensarmos na ‘rede de citações’ de autoras e autores que são usados como referências em cursos de graduação, pós-graduações e mesmo nas escolas, pois a maior parte de autoras e autores usados são de países europeus, ainda que a produção local de pesquisas circule, é a produção ‘internacional’, européia, a mais citada e ensinada.

A questão é que a produção de conhecimento científica surgiu na Europa e ainda está localizada na Europa em termos de quem escreve sobre o que escreve e em que língua escreve. Mignolo (2004) aponta que a ciência pode ser pensada como ‘um único paradigma’, pois ainda que existam divisões entre ‘humanas, exatas e biológicas’, ainda que várias possibilidades de pensar o mundo tenham surgido desde o positivismo, construtivismo, pós-modernidade dentre mais definições, todas as definições sobre saber são sobre a ciência, e sobre a ciência europeia.

A produção de conhecimento precisa ser entendida como aponta Mignolo (2003) a partir da geopolítica do conhecimento, isso quer dizer que precisamos considerar conjunto a pensar em ‘produção de conhecimento’ que existem demandas de poder implícitas em que ‘línguas, corpos, e lugares’ as coisas podem ser pensadas. Como aponta Mignolo (2004) a construção do conhecimento legitimado no mundo está escrita, falada, divulgada em sua maior parte em cinco línguas; alemão, inglês, francês, português, e espanhol em vertentes linguísticas da Europa, e foram produzidos por homens brancos em países da Europa e América do Norte, existe portanto, uma ‘geopolítica de conhecimento’ que localiza falas em corpos e os torna visíveis. Pensar o conhecimento a partir da geopolítica é importante para desconstruir o silenciamento de diversas outras formas de produzir conhecimento.

As nomeações e filiações em definições como ‘positivista, culturalista, pós-moderno, pós-colonial’ representam também maneiras políticas de lidar com produção de conhecimento, mais que demarcar que se ‘pertença a uma comunidade’. Nesse contexto as definições ‘pós-colonial’ e ‘descolonial’ surgem também em contextos em que a produção de conhecimento é amplamente questionada em relação a neutralidade e universalidade da ciência, e suas nomeações são também ‘autoidentificações’, ou auto-definições que marcam uma concepção de que a produção de conhecimento é uma produção política. Ambas são vertentes que surgem com localização geopolítica demarcada, Ásia e América

Latina e Insular, as autoras e autores querem evidenciar que são de lugares geopolíticos que não foram e não são considerados como relevantes, e querem portanto desconstruir concepções sobre os lugares que vivem ao mesmo tempo em que querem evidenciar que existem outras formas de produzir conhecimento.

A vertente pós-colonial a que faço referência nessa produção é constituída por autoras e autores asiáticos e indianas, em que são também autoidentificados com a vertente dos ‘estudos subalternos’. Já a vertente descolonial faz referência a vertentes de autoras e autores da América Latina e Insular que também tem algumas características comuns a vertente dos ‘estudos subalternos’.

Em 1982 é lançado um Manifesto dos Estudos Subalternos por Ranajit Guha (MANIFIESTO, 1998) em que são apontadas bases teórico-metodológicas adotadas pelo grupo, esse manifesto é a importante referência e inspiração usada no Manifesto dos Estudos Subalternos Latino Americanos em 1998. No Manifesto Latino Americano (1998) são levantadas metodologias e pressupostos em comparação ao Manifesto publicado por Guha. Os principais são: a construção de uma historiografia sudoasiática, por meio da ; leitura reversa, apontar as distorções e desconstruir o que foi ensinado por ‘cultura oficial’ mostrando os aspectos de colonização e resistência, ao mesmo tempo em que se; ‘ouve a voz pequena’, ouvir trajetórias silenciadas de grupos e pessoas (MANIFIESTO, 1998). No Manifesto Latino Americano essas propostas, construir outra historiografia, adotar leitura reversa e ouvir a voz pequena, são apontadas como usadas também, mas de uma perspectiva latino americana.

Ainda que esses Manifestos sejam importantes eles não apontam para a única nomeação dos grupos, no Manifesto Latino Americano a proposta é, como aponta Mingolo (1998) de um ‘pós-occidentalismo’, Arturo Escobar (2003) e Castro-Gómez (2005) apontam outras nomeações para esses grupos que são atualmente as mais conhecidas: pós-coloniais, e grupo da modernidade-colonialidade. A nomeação ‘descolonialistas’ vem de usos recorrentes de trabalhos de autoras e autores que se identificam nesse grupo de estudos da América Latina e Insular a partir dela mesma, usando a nomeação descolonialista como uma marca da proposta de ‘desconstrução da colonialidade do poder/saber’.

Embora muitas autoras e autores das vertentes descolonialistas, pós-coloniais tenham ficado conhecidas por sua atuação acadêmica em instituições da América do Norte e Europa, suas produções teórico-metodológicas são apontadas como sendo compostas por práticas distintas das usadas no campo científico ocidental em que se formaram, e são na maior parte de suas produções pessoas identificadas com propostas de transformação social a partir do reconhecimento das epistemologias e direitos de grupos subalternizados dos quais, em muitas vezes, também são integrantes.

Nesse sentido, mesmo usando as nomeações ‘descolonialistas e pós-colonialistas’ várias outras nomeações existem e importa a autodeclaração e definição política e localizada das autoras e autores dessas duas vertentes que se propõem a desconstruir a produção de conhecimento pensando as relações de poder e de subalternização.

Enunciação subalterna

O campo de estudos de autoras e autores das vertentes descolonialista e pós-colonialista terceiro-mundista, terceiro-mundista porque várias autoras e autores que estão fora do circuito Ásia e Índia são nomeados de pós-coloniais, inclui um vasto número de pessoas produzindo leituras diversificadas sobre grupos localizados / marcados por categorias, como raça, etnia, nacionalidade, gênero, sexualidade, incorporadas e fundamentais a seus estudos e pesquisas linguísticas, categorias que, portanto, consideramos em nossa proposta.

A produção textual de autoras e autores descolonialistas e pós-colonialistas terceiro-mundistas sobre linguagem têm apontado processos comuns que abordaremos: a) a subalternização de diversos grupos sociais teve início na colonização de países fora do Ocidente, e solidificou-se na Modernidade, com a criação de estados-nação nesse contexto de colonização; b) o processo de colonização se manifesta atualmente na forma da colonialidade do poder/saber e está presente em diversas áreas sociais, como a

produção de conhecimento, sustentando a subalternidade de grupos; c) o processo de subalternização de grupos não aconteceu sem processos de resistência que foram e são usados para transformar as áreas; d) a linguagem perpassa esses processos como um instrumento usado para domesticar, dominar e subalternizar, tanto para resistir e transformar.

Todos esses processos estão interligados e se resumem na produção de uma reorganização do poder/saber no mundo. A colonização da América Latina e Insular iniciada no século XVI, em decorrência de uma nova rota marítima comercial, o circuito Atlântico, inicia também um processo de subalternização de saberes dos povos indígenas e populações negras (MIGNOLO, 2003) por mecanismos de poder e saber que silenciaram as populações existentes nesses territórios por meio de critérios de racialização e etnização hierárquica de grupos (QUIJANO, 2005).

Os mecanismos de poder/saber, de acordo com Mignolo (2003), Quijano (2005) e Lugones (2008) perpetuam até hoje e asseguram a colonialidade. Descrita por Quijano (2005) como um processo de racialização das populações do mundo, e da divisão do trabalho a partir da racialização, a colonialidade do poder/saber começa com a colonização e corresponde à classificação dos grupos sociais como hierarquicamente diferentes em narrativas políticas / científicas legitimadas por distintas instituições sociais da Europa na Europa e nas colônias (QUIJANO, 2005).

A colonialidade do poder/saber, tratada por muitas autoras e autores descolonialistas como colonialidade do poder, é lida como poder/saber por Mignolo (2003) por também corresponder a um momento em que passa a existir uma nova produção de conhecimento espalhada com a colonização, a produção de conhecimento científica (MIGNOLO, 2004), a produção discursiva da inferioridade de populações acontece e é fundamentada em epistemologias, em instituições de ensino. É do processo de colonialidade que resulta a maior parte da epistemologia que organiza o social do mundo moderno. Na base dessa epistemologia colonial estão os discursos/conceitos sobre modernidade, pós-modernidade e globalização, discursos que como aponta Dussel (2005) constroem e legitimam uma Europa que emergiu da Grécia, fez emergir a modernidade fora de países que correspondem a um terço da terra, os países colonizados, e fez desses países de um terço da terra “periferias”, uma narrativa que não corresponde a aspectos históricos, é uma criação recente tal qual os estados-nação, a partir da colonização, são.

A colonialidade do poder/saber é a subalternização de grupos e pessoas para além da colonização, não foi um processo isolado e já terminado, mas contribuiu para formação dos Estados-nação, de discursos sobre a Modernidade e sobre a Globalização (CASTRO-GOMÉZ, 2005; GARCÉS, 2007; QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003). Mignolo (2003) aponta a diferença colonial como resultante da colonialidade do poder/saber, uma diferença que não parte da coexistência de vivências, mas da hierarquização e imposição de vivências a partir do ponto de vista de colonizadores. É a partir da colonização da América Latina e Insular, por meio da instalação de instituições vindas do império, de maneiras de organizar o social, através da formulação de conceitos, que se manifesta a diferença colonial e a colonialidade do poder/saber, bases do sistema-mundo-moderno-colonial (MIGNOLO, 2003).

A colonialidade do poder/saber cunhada por Quijano (2005), assim como a diferença colonial e o sistema mundo-moderno-colonial, conceitos cunhados por Mignolo (2003), são compartilhados por várias autoras e autores do grupo decolonialista nas produções que analisamos. Existe um vasto campo teórico-metodológico da vertente descolonialista intercorrelacionado e intencionado em apontar e explicar sobre como antigos impérios coloniais ainda estão interligados às colônias e como os mecanismos de poder/saber, reificados no colonialismo, que ocorreram tanto de forma interna, na formação dos estados-nação dentro de cada país, quanto de forma externa, entre países, continentes, em inter-relação, atuam ainda na subalternização de grupos e pessoas.

Nas vertentes pós-colonial e decolonialista o processo de formação dos estados-nação dentro e fora das colônias está vinculado à construção de instituições reguladoras das ações das pessoas em um determinado território (STEPHAN, 1996; LUGONES, 2008), e vinculada ao surgimento e difusão das ciências para além da Europa e o Ocidente (RICHARD, 1996; MIGNOLO, 2003). Durante a

consolidação e formação dos Estados-nação nas colônias e metrópoles a língua, a escrita e a produção de conhecimento institucionalizadas nas universidades foram importantes no projeto de governabilidade e criação de homogeneidades subalternizantes de corpos, pensamentos e línguas que não fossem as dos colonizadores, as oficiais (STEFHAN, 1996; CASTRO-GÓMEZ, 2005).

O discurso sobre o ocidente moderno é fundamentado na diferença colonial, na diferença transformada e tratada em termos da oposição “primitivos x modernos”. A colonização também corresponde a um processo de criação de “outros” que representavam o que não poderia existir sem ser dominado, que era primitivo e bárbaro, contrário as leis e aos conhecimentos de alguns grupos sociais (MIGNOLO, 2003, CASTRO-COMÉZ, 2005), e a formação da cidadania, pessoas que podem falar e ser representadas, dentro dos estados-nação se estabeleceu pelos mesmos critérios coloniais de classificar pessoas, critérios que passam pelo corpo, raça e gênero, e pelo conhecimento, letrado e iletrado (STEPHAN, 1996)

Como apontam Mignolo (2003) e Lugones (2008), a Modernidade é a legitimação de discursos e práticas de grupos específicos, uma continuidade dos mecanismos de silenciamento e espoliação de várias sociedades não ocidentais. A Modernidade não é só um processo intra-europeu pautado na burocratização e racionalização social de países da Europa, a Modernidade não é um processo paralelo a história de diversos grupos não ocidentais (ESCOBAR, 2003; DUSSEL, 2005). A modernidade em si corresponde também ao processo de subalternização de grupos em termos políticos, econômicos e de conhecimento.

A suposta necessidade de “modernizar o mundo para evoluir”, baseado no “atraso” que vários grupos correspondem quando comparados ao ocidente moderno que impôs e exporta “melhores alternativas de vida” - Estado-nação moderno, a democracia, o capitalismo e a ciência - é absurda do ponto de vista em que a miséria, os conflitos e a subalternização de todos os grupos “não modernos” correspondem também ao moderno, são a outra face do moderno, o “outro” lado da única moeda (MIGNOLO, 2004). Como afirma Garcés (2007) a proposta de modernizar sociedades coloca a modernização como ponto de chegada, e oculta a modernização como justificativa da colonialidade do poder/saber.

Nomear o mundo moderno de mundo-moderno-colonial evidencia um projeto de subalternização de grupos e pessoas sustentado pela e na produção de conhecimento. As ciências humanas que surgiram, se intensificaram, definiram “objetos e objetivos”, foram construídas a base de comparações com as sociedades descobertas porque essas representavam o “elementar” / não desenvolvido.

A produção de conhecimento em universidades e escolas, produzida com critérios de científicos, como aponta Garcés (2007) foi constituída entre os séculos XVI e XIX “e consolidou um modelo classificatório da palavra e sua verdade, do saber e do dizer, do conhecer e sua expressão. Língua e conhecimento, então, ficaram marcados, até hoje, por duas características inevitáveis língua e saber desde as tramas do poder: um saber em idiomas eurocêntricos, e um saber em idiomas maquetados em uma matriz colonial de valoração” (GARCÉS, 2007, p.221).

Longe de ser uma peculiaridade para com grupos indígenas, e populações negras que passaram por processos de colonização em continentes como a América Latina e Insular, África e Ásia a subalternização de corpos e saberes foi direcionada também a mulheres especificamente, sejam negras, indígenas, de países de terceiro mundo ou brancas européias. Como afirma Stephan (1996) os Estados-nação modernos surgem conjuntamente à construção da cidadania, pessoas tem maior representação social, assegurada por mecanismos de controle social como as legislações que instituíam características específicas para participação social, como ser homem branco, letrado e proprietário (STEPHAN, 1996). As formas de organizar o mundo, construídas durante o processo colonial, como aponta Stephan (1996), Curiel (2007) Lugones (2008) são fundamentadas também em questões de gênero, uma vez que a colonialidade gerada por aspectos como controle do sexo, trabalho, autoridade coletiva (LUGONES, 2008), resultou em identidades raciais criadas e impostas no processo de colonização que não estão separadas de identidades generificadas (LUGONES, 2008).

Como aponta Stephan (1996) e Garcés (2007) a organização dos estados-nação nas colônias, assim como a produção de conhecimento são mapeadas, corporificadas a partir de quatro marcadores interrelacionados: gênero, classe, raça e língua. Como aponta Stephan (1996) A importância que a escrita alfabética teve na produção de normas e leis, foi de representação, e formulação, foi o processo de silenciamento de maior efetividade, os não letrados não falam, são menos cidadãos.

Se por um lado o processo de colonização marcado pela expansão de países da Europa também implantou e recriou práticas internas como o sexismo, e o etnocentrismo por outro lado na própria Europa, em meio ao pensamento ocidental, surgem críticas internas à ciência e aos modelos políticos de representação que negavam participação histórica às mulheres e populações negras e indígenas.

Mas essas críticas internas, por sua vez, vêm dos corpos negados na epistemologia ocidental: mulheres, movimentos feministas, populações negras, movimentos etno-raciais (MIGNOLO, 2004). Não só a representação dos grupos, mas também a abordagem por categorias como raça, gênero, e classe dentro da Europa provem das lutas de movimentos sociais feministas, negros e indígenas (CURIEL, 2007). A partir desses grupos a produção de conhecimento passa a ser reavaliada, principalmente em relação às questões que não conseguia responder sobre às vivências e práticas de pessoas e grupos.

Conhecimento localizado

As autoras e autores apontados acima são reconhecidos por suas propostas críticas em relação a formas de produzir conhecimento que continuam invisibilizando e subalternizando pessoas e grupos sociais por meio de políticas do poder / saber. Em várias esferas Spivak (2002), Mignolo (2003; 2004; 2007) Quijano (2005) Lugones (2008) apontam para hierarquias reafirmadas pela produção de conhecimento, apontando que ‘o conhecimento é importante politicamente porque o atual gerenciamento de sociedades em organizações como Estados-nação estão fundamentados em usos de escritas de cientistas. A formação do estado-nação a partir de etapas de modernização e globalização foram construídas discursivamente a partir do conflito entre diferentes grupos.

A maior parte do que conhecemos sobre o mundo a partir do que é ensinado nas escolas, nas universidades e na mídia partiu de comparações hierárquicas privilegiando países e corpos ocidentais. Partir de produções localizadas em outros lugares e com outras corporalidades é uma demanda presente em várias produções, e vertentes porque é uma demanda por representação, mas as vertentes descoloniais e pós-coloniais terceiro-mundistas apontam que para além da representação a proposta é desconstruir o que foi feito até então, porque boa parte dos conceitos e das formas de olhar são subalternizantes mais que descritivas e necessárias.

Como Rodríguez (1998) explicita, ao considerar a subalternidade autoras e autores descolonialistas e pós-coloniais falam da ligação entre estado e intelectuais, grupos de representação e prestígio, a produção de conhecimento tem sido na ciência a produção de legalidades, de forma que o subalterno não existira sem o legal, mais que produção de conhecimento temos produzido ambientes de corpos representados com prestígio. Considerar a subalternidade de um ponto do qual se fala, repensando a autoridade como aponta Achugar (1998) muda a maneira em que pensamos o passado, e a maneira em que significamos a memória coletiva. Os estudos descoloniais e pós-coloniais mudam o que pode ser visto e ouvido em várias esferas sociais.

No entanto evidenciar corpos em pesquisas, partir de análises de classe, gênero, etnias, raça, nacionalidade, língua, idade como marcadores interseccionados ainda é uma dificuldade. Como aponta Curiel (2007) e Lugones (2008) com a experiência do silenciamento das vertentes feministas nas discussões de desconstrução do conhecimento descolonialistas, algumas vertentes podem não ser consideradas em críticas reconhecidas porque não são ouvidas. Nesse sentido precisamos partir de um processo de localizar produções e corpos estando atentas e atentos para os processos em que invisibilizamos e tiramos a legitimidade de grupos e vertentes por marcadores que a princípio queremos considerar.

Referências

- ACHÚGAR, Hugo. "Leones, cazadores e historiadores. A propósito de las políticas de la memoria y el conocimiento". In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Ed.). *Teorías sin disciplina, latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángle Porrúa, 1998, p. 95-100.
- CANAGARAJAH, A. S. *A geopolitics of academic writing*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002. p. 8-49.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro"*. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, p. 169-186. 2005.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La poscolonialidad explicada a los niños*. Bogotá: Editorial CURIEL, Rosa Inés Curiel Pichardo (Ochy). *Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista*. *Nómadas*, Colombia, n. 26, 2007, p. 92-101.
- DUSSEL, Enrique. *Europa, modernidade e eurocentrismo*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Trad.: Julio Cesar Casarin Barroso Silva. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005. p. 169-186.
- ESCOBAR, Arturo. *Mundos y conocimientos de otro modo, El programa de investigación de modernidad / colonialidad latinoamericano*. *Tabula Rasa*, Colombia n.1, p. 51-86, jan-dez, 2003.
- GARCÉS, Fernando. *Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica*. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. (Ed.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 217-242.
- GROSGOUEL, Ramón. *Entrevista a Ramón Grosfoguel*. **Polis**, Santiago, n. 018 [2007]. Entrevista concedida a Angélica Montes Montoya e Hugo Busso.
- KUHN, Thomas S. *Pós-fácio – 1969*. In: *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Debates, 115). p. 219-260.
- LUGONES, María. *Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial*. In: MIGNOLO, Walter (org.). **Género y descolonialidad**. Buenos Aires: Del Signo, 2008, p. 13-54.
- MANIFIESTO INAUGURAL, *Latinoamericanismo de Estudios Subalternos*. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Ed.). *Teorías sin disciplina, latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángle Porrúa, 1998, p. 31-36.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. *WALTER MIGNOLO: Una vida dedicada al proyecto decolonial*. **Nómada**, Colombia, n. 26, p. 188-195, [abr. 2007]. Entrevista concedida a Maldonado Torres.
- MIGNOLO, Walter. *Postoccidentalismo: El argumento desde América Latina*. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Ed.). *Teorías sin disciplina, latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángle Porrúa, 1998, p. 11-21.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgar (org.). **A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.
- RICHARD, Nelly. *Signos Culturais y Mediações acadêmicas*. In: STEPHAN, Beatriz González (org.). **Cultura y tercer mundo, 1. Cambios en el saber académico**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996, p. 1-22.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. La política de traducción. In: BARRET, Michèle; PHILLIPS, Anne (org.). **Desestabilizar La Teoría Debates Feministas contemporáneos**. Paídos. México, 2002, p. 189-211.

STEPHAN, Beatríz González. Economías fundacionales, diseño del cuerpo ciudadano. In: STEPHAN, Beatríz González (org.). **Cultura y Tercer mundo, 2. Nuevas ideades y ciudadanías**. Caracas: Nueva Sociedad. 1996, p. 17-47.